



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2021/000023094-00

Requerente: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Assunto: Contratação direta mediante dispensa de licitação

Trata-se de processo administrativo que tem como objetivo a contratação de empresa especializada em gerenciamento de Leilões Oficiais Online para fins da realização de Leilões Judiciais na modalidade online ou simultâneo, incluindo a estruturação e customização da interface de acesso dos partícipes dos leilões, adequações de infraestrutura de banco de dados e estruturas de pastas para armazenamento de imagens e documentos, e ainda ativação do perfil de administrador do sistema, pelo período de 12 (doze) meses, por meio da contratação direta da empresa LEILÕES WEB - SOLUCOES EM SISTEMA LTDA, CNPJ n.º 27.259.473/0001-64, por dispensa de licitação, no valor total de R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais), conforme Mapa de Preços SECOP/DVCOP (SEI n.º [0562535](#)).

Após a devida instrução dos autos, constam: a) Documento de Oficialização de Demanda (SEI n.º [0394016](#)); b) Termo de Referência SETIC (SEI n.º [0458233](#)); c) Estudo Técnico Preliminar SETIC (SEI n.º [0459361](#)); d) Nota de dotação orçamentária apresentada pela Secretaria de Orçamento e Finanças n.º 2022ND0001747-FUNJEAM (SEI n.º [0593378](#)) e) Certidões Negativas LEILÕES WEB (SEI n.º [0556580](#)); f) SICAF LEILÕES WEB (SEI n.º [0556584](#)).

No evento n.º [0599390](#), Parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência, a qual opinou favoravelmente à pretendida contratação direta, pelos motivos expostos a seguir.

É o sucinto relatório, no seu essencial.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 37, inciso XXI, regulamentado pela Lei Federal n.º 8.666/93, a necessidade do processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros.

Nesse contexto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

No caso em comento, conforme relatado no parecer técnico, o pleito *sub examine* amolda-se à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, o qual dispõe que a licitação é dispensável nos casos de compras de até R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), exatamente como ocorre no caso em comento, senão vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. (Destques não contidos no original)

Decreto n.º 9.412/2018:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

(Destques não contidos no original)

De mais a mais, a douta assessoria pontua que foi proposta a formalização de despesa, tendo apresentado a melhor proposta a empresa LEILÕES WEB - SOLUCOES EM SISTEMA LTDA, CNPJ n.º 27.259.473/0001-64, para o fornecimento do objeto elencado no Termo de Referência, sendo que a cotação da compra alcançou o valor total de R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais), montante que pode ser adquirido de forma direta pela Administração, vez que se encontra dentro do limite acima mencionado.

Contudo, o técnico parecer consignou que o deferimento da presente contratação direta deve ser condicionado ao seguinte, *in verbis*:

"(...) poderá ser efetivada se considerado o valor empenhado para o presente exercício, no valor total de R\$ 3.808,67 (três mil, oitocentos e oito reais e sessenta e sete centavos). Assim, O valores empenhados para o presente exercício somam R\$ 17.188,67 (R\$ 13.380,00 + 3.808,67), estando em conformidade com o limite previsto na Lei Geral de Licitação. Entretanto, devem ser observados os valores a serem empenhados relativos a presente contratação no exercício de 2023, devendo ser o ajuste feito via apostilamento contratual (...)"

Por fim, destacou que a referida empresa não possui registro no SICAF e que algumas de suas certidões de regularidade fiscal estão fora do prazo de validade, carecendo de regularização.

Diante do exposto, acolho integralmente o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, adotando-o como parte integrante da presente decisão, para **DEFERIR** a contratação direta por dispensa de licitação da empresa **LEILÕES WEB - SOLUCOES EM SISTEMA LTDA, CNPJ n.º 27.259.473/0001-64**, para fins de gerenciamento de Leilões Oficiais Online para fins da realização de Leilões Judiciais na modalidade online ou simultâneo, incluindo a estruturação e customização da interface de acesso dos partícipes dos leilões, adequações de infraestrutura de banco de dados e estruturas de pastas para armazenamento de imagens e documentos, e ainda ativação do perfil de administrador do sistema, pelo período de 12 (doze) meses, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, **com a ressalva de que devem ser observados os procedimentos relativos aos créditos orçamentários mencionados pelas douta assessoria administrativa e citados na presente decisão.**

Frise-se que, no momento da celebração efetiva do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto ao Poder Público em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

À **Secretaria de Orçamento e Finanças** para providências.

Após, à **Divisão de Contratos e Convênios.**

Manaus, data registrada no sistema.

(Assinado digitalmente)

Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**
Presidente TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Jorge Chalub Pereira, Presidente**, em 27/06/2022, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0600344** e o código CRC **0D4AF210**.